



**Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC  
Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial - SDCI  
Rede Nacional de Informações sobre o Investimento - RENAI**

## **INSTRUMENTOS ESTABELECIDOS PELO GOVERNO FEDERAL PARA INCENTIVO AO INVESTIMENTO PRODUTIVO<sup>1</sup>**

### **INDICE**

**I - INSTRUMENTOS E PROGRAMAS FEDERAIS**

**II - MARCO LEGAL PARA ALGUNS SETORES**

**III - INSTRUMENTOS E PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO**

**IV – INSTRUMENTOS E PROGRAMAS REGIONAIS**

**Última atualização: fevereiro/2017**

---

<sup>1</sup> Esta compilação não substitui a legislação publicada no Diário Oficial da União.

**I – INSTRUMENTOS E PROGRAMAS FEDERAIS**  
**FEDERAL INSTRUMENTS AND PROGRAMS**

INSTRUMENTO	O QUE É	A QUEM BENEFICIA	LEGISLAÇÃO
<b>Autorização de Importação / Redução do Imposto de Importação (II) para Linhas usadas</b>	Autorização para importação de linhas/unidades de produção usadas, que não sejam produzidas no País, ou não possam ser substituídas por outras, atualmente fabricadas no território nacional, entre outros critérios.	Empresas interessadas na transferência para o País de unidades/linhas de produção completas, usadas.	Os casos previstos no art. 41 da Portaria SECEX n. 23, de 2011, estão sujeitos aos procedimentos descritos na <a href="#">Portaria DECEX n. 8, de 13/05/1991</a> , com alterações promovidas pelas Portarias SECEX n. 21, de 12.12.1996 e n. 17, de 01.12.2003; e pelas Portarias MDIC n. 235, de 07.12.2006; n. 77, de 19.03.2009; n. 92, de 30.04.2009; n. 171, de 01.09.2009; n. 207, de 08.12.2009; n. 84, de 20.04.2010, n.175, de 17.08.2010; e n. 279, de 04.09.2013.  Consulta Pública de Material Usado - Similaridade - Ver informações em: <a href="http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/importacao/material-usado-similaridade/consulta-publica">http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/importacao/material-usado-similaridade/consulta-publica</a>
<b>Importation Authorization / Reduction of the Importation Tax (II) for used Lines</b>	Authorization for importation of used lines/units of production, that are not produced in the Country, or cannot be substituted by others currently manufactured in the domestic territory, among other criteria.	Companies interested in transferring used units/ complete production lines to the Country.	Regulation The cases mentioned in article 41 of Administrative Order SECEX 23/2011 are subject to the procedures described in <a href="#">Administrative Order DECEX 8 of May 13,1991</a> with amendments established by Administrative Order SECEX 21 of December 12, 1996 and 17 of December 1 <sup>st</sup> , 2003; and by Administrative Order MDIC 235 of December 07, 2006; 77 of March 19, 2009; 92 of April 30, 2009; 171 of September 1 <sup>st</sup> , 2009; 207 of December 08, 2009; 84 of April 20, 2010, 175 of August 17, 2010; and 279 of April 09, 2013.  Procedure: <a href="http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/importacao/material-usado-similaridade/consulta-publica">http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/importacao/material-usado-similaridade/consulta-publica</a>
<b>Desoneração da folha de pagamento</b>	Eliminação da contribuição patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) com compensação parcial de nova alíquota sobre faturamento bruto, excluída receita bruta de exportações.	Diversos setores da economia.	<a href="#">Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011</a> – Altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona.  <a href="#">Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014</a> – Altera o prazo de vigência das contribuições previdenciárias, prevista na Lei n. 12.546/2011, tornando-as permanentes. (art. 50)  A partir de 01.12.2015, por força da <a href="#">Lei nº 13.161/2015</a> , a aplicação da desoneração é facultativa, ou seja, o contribuinte pode escolher qual forma de tributar a folha é mais em conta, se pela forma tradicional (contribuição sobre a folha de pagamento) ou se pela forma desonerada (contribuição sobre a receita).
<b>Exemption of Payroll</b>	Eliminating employer contribution of the National Social Security Institute (INSS) with partial compensation of new rate on gross revenue, excluding gross revenue from exports.	Several sectors of the economy.	<a href="#">Law 12.546 of December 14, 2011</a> – Modify the incidence of social security contributions owed.  <a href="#">Law 13.043 of November 13, 2014</a> – Makes the social security contributions permanent. (art. 50)  From 12.01.2015, pursuant to the <a href="#">Law 13.161/2015</a> , the application of the exemption is optional, i.e., the taxpayer can choose which way to tax the sheet is better, by the traditional way (contribution on the sheet payment) or by the exemption form (contribution on revenue).
<b>Desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para máquinas e equipamentos</b>	As alíquotas do IPI, para grande parte dos itens de bens de capital, foram reduzidas para zero.	Empresas industriais, usuárias de bens de capital.	<a href="#">Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016</a> – Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.
<b>Reduction of Tax on Industrialized Products (IPI) for machines and equipment</b>	The rates of IPI for a large share of industrial goods have been reduced to zero.	Industrial companies, users of capital goods.	<a href="#">Decree 8.950 of December 29, 2016</a> - Consolidated the Table of Incidence of the Tax on Industrialized Products – TIPI.

INSTRUMENTO	O QUE É	A QUEM BENEFICIA	LEGISLAÇÃO
<b>Devolução antecipada e do Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)</b>	Redução gradual do prazo para devolução dos créditos do PIS-PASEP e da COFINS sobre bens de capital, de 12 meses para até a apropriação imediata.	As pessoas jurídicas, nas hipóteses de aquisição no mercado interno ou de importação de máquinas e equipamentos destinados à produção de bens e prestação de serviços, poderão optar pelo desconto dos créditos do PIS/PASEP e da COFINS.	<a href="#">Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011</a> – Estabelece cronograma de redução do prazo, chegando à devolução imediata, no caso de aquisições ocorridas a partir de julho de 2012 (art. 4º)
<b>Anticipated return and Contribution to the Social Integration Plan (PIS) /Program of Formation of the Patrimony of the Public Server (PASEP) and Contribution for Social Security Financing (COFINS)</b>	Gradual reduction of the deadline for the return of PIS/PASEP and COFINS on capital goods, for up to 12 months immediate ownership.	Legal persons, in case of purchase domestically or import of machinery and equipment for the production of goods and services, may choose to discount of PIS/PASEP and COFINS.	<a href="#">Law 12.546 of December 14, 2011</a> – Sets timetable for reducing the time, coming to the immediate return, in the case of acquisitions from July 2012 (art. 4º)
<b>Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS)</b>	Redução a zero das alíquotas da PIS/PASEP e da COFINS, PIS/PASEP-Importação e COFINS-Importação e do IPI incidentes sobre as vendas no mercado interno ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, para incorporação ao ativo imobilizado. Vigência até 22/01/2022.	Empresas fabricantes de semicondutores e displays que, além de exercerem atividades de pesquisa, desenvolvimento, projeto (design), difusão, corte, encapsulamento e teste, investirem em pesquisa e desenvolvimento (P&D), no mínimo 5% (cinco por cento) do seu faturamento bruto no mercado interno.	<a href="#">Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007</a> – Institui o PADIS.  <a href="#">Decreto nº 6.233, de 11 de outubro de 2007</a> – Estabelece critérios de habilitação ao PADIS.  <a href="#">Decreto nº 7.913, de 7 de fevereiro de 2013</a> – Altera o Anexo III do Decreto nº 6.233/2007  <a href="#">Decreto nº 8.247, de 23 de maio de 2014</a> – Altera critérios de habilitação ao PADIS.  <a href="#">Instrução Normativa RFB nº 852, de 13 de junho de 2008</a> – Estabelece procedimentos para habilitação ao PADIS.  Formulários e procedimentos já definidos – <a href="#">Portaria MCT/MDIC nº 290, de 7 de maio de 2008</a> . Grupos de Técnico Interministerial GTI-PADIS - <a href="#">Portaria MCT/MDIC/MF nº 297, de 13 de maio de 2008</a> .
<b>Program of Support to the Technological Development of the Semiconductor Industry – PADIS</b>	The companies that join the Program will be benefited with reduction to zero of the rates PIS/PASEP and COFINS, PIS/PASEP-Import and COFINS-Import and incident IPI on domestic sales or import of machines, appliances, instruments and equipment for incorporation into fixed assets. Date of expiry January 22, 2022.	Companies that, besides conducting research and development, design, diffusion or encapsulating and testing of electric-semiconductor components and displays invest in R&D at least 5% (five percent) of their gross earnings in the domestic market.	<a href="#">Law 11.484 of May 31, 2007</a> – Institutes the measure.  <a href="#">Decree 6.233 of October 11, 2007</a> – Establishes criteria for qualification to PADIS.  <a href="#">Decree 7.913 of February 07, 2013</a> – Modifies Annex III of Decree 6.233/2007.  <a href="#">Decree 8.247 of May 23, 2014</a> – Modifies criteria for qualification to PADIS.  <a href="#">Normative Instruction RFB 852 of June 13, 2008</a> – Establishes the procedures to qualification to PADIS.  Forms and procedures already defined – <a href="#">Administrative Order MCT/MDIC 290 of May 07, 2008</a> .

INSTRUMENTO	O QUE É	A QUEM BENEFICIA	LEGISLAÇÃO
			Interministerial Technical Groups – <a href="#">Administrative Order MCT/MDIC/MF 297 of May 13, 2008.</a>
<b>Redução do II para máquinas sem produção nacional (Regime de Ex-Tarifários)</b>	Regime especial de tributação com redução temporária da tarifa do II para bens de capital (BK) e bens de informática e telecomunicação (BIT). Condições básicas: Inexistência de produção nacional e conformidade com as políticas de desenvolvimento do País. Não se aplica para “bens usados” ou “sistemas integrados”. Vigência: Prazo determinado de até dois anos	Empresas industriais e prestadoras de serviços.	A concessão do regime é dada por meio da <a href="#">Resolução nº 66, de 14 de agosto de 2014, da Câmara de Comércio Exterior (Camex)</a> , após parecer do Comitê de Análise de Ex-Tarifários (Caex).  <a href="#">Ex-tarifários vigentes</a>  Obs.: Os ex-tarifários em vigor também poderão ser consultados, Resolução por Resolução, através do link: <a href="http://www.camex.gov.br/legislacao">http://www.camex.gov.br/legislacao</a>
<b>Reduction of the II for machines not produced nationally (“Ex-Tarifarios” Regime)</b>	Special tax regime with temporary reduction of II rate for capital goods (BK) and computer and telecommunication (BIT) goods. Basic conditions: Lack of national production and accordance with the development policies. Does not apply to "used goods" or "integrated systems".	Industrial and service providing companies.	<a href="#">Resolution CAMEX 66 of August 14, 2014.</a>  <a href="#">Ex-Tarifarios in force</a>  Ex-Tarifarios in force may also be consulted by Resolution to Resolution through link: <a href="http://www.camex.gov.br/legislacao">http://www.camex.gov.br/legislacao</a>
<b>Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP)</b>	Trata-se de uma medida que permite às empresas adquirir no mercado interno ou importar bens de capital (máquinas, instrumentos e equipamentos novos) com a suspensão do pagamento do PIS/PASEP e da COFINS.	Empresas que exportam 50%, ou mais, do valor de suas vendas anuais (Lei 12.715/2012), e estaleiros navais (sem exigência de contrapartida). Obs: Apenas a pessoa jurídica previamente habilitada pela Secretaria da Receita Federal é beneficiária do RECAP.	<a href="#">Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005</a> – Institui o RECAP.  <a href="#">Decreto nº 5.649, de 29 de dezembro de 2005</a> – Regulamenta o Regime.  <a href="#">Decreto nº 5.789, de 25 de maio de 2006</a> – Define a lista de produtos.  <a href="#">Decreto nº 6.581, de 26 de setembro de 2008</a> – Altera a lista de produtos.  <a href="#">Instrução Normativa RFB nº 605, de 4 de janeiro de 2006</a> – Estabelece os procedimentos para habilitação ao regime. Para acesso à lista completa de Empresas habilitadas ao RECAP na Receita Federal, ver o link: <a href="http://idg.receita.fazenda.gov.br/aceso-rapido/legislacao/pessoas-juridicas-habilitadas-e-coabilitadas/relacao-das-pjs-in-605-2006.pdf">http://idg.receita.fazenda.gov.br/aceso-rapido/legislacao/pessoas-juridicas-habilitadas-e-coabilitadas/relacao-das-pjs-in-605-2006.pdf</a>
<b>Special Regime of Acquisition of Capital Goods for Exporting Companies (RECAP)</b>	This measure allows companies to purchase in the domestic market or to import capital goods (new machines, instruments and equipment) with the suspension of the payment of the PIS/PASEP and the COFINS.	Companies that export 50% or more of the value of its annual sales (Law 12.715/2012) and shipyards (without requirement of counterpart).	<a href="#">Law 11.196 of November 21, 2005</a> – Institutes RECAP.  <a href="#">Decree 5.649 of December 29, 2005</a> – Regulation of the Measure.  <a href="#">Decree 5.789 of May 25, 2006</a> – Defines the list of products  <a href="#">Decree 6.581 of September 26, 2008</a> – Modifies the list of products.  <a href="#">Normative Instruction RFB 605 of January 4, 2006</a> – Establishes procedures for qualifying to the Special Regime. To access the full list of Companies qualified to RECAP by the SRF, see the link: <a href="http://idg.receita.fazenda.gov.br/aceso-rapido/legislacao/pessoas-juridicas-habilitadas-e-coabilitadas/relacao-das-pjs-in-605-2006.pdf">http://idg.receita.fazenda.gov.br/aceso-rapido/legislacao/pessoas-juridicas-habilitadas-e-coabilitadas/relacao-das-pjs-in-605-2006.pdf</a>
<b>Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)</b>	Prevê a suspensão da contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS, na aquisição de máquinas e equipamentos para incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao seu ativo imobilizado. Para usufruir o benefício, como habilitadas ou co-habilitadas, as empresas deverão apresentar à RFB cópia da Portaria que aprovou a obra de infraestrutura, publicada pelo Ministério do respectivo setor.	Obras de infraestrutura nos setores de: - transportes, alcançando exclusivamente rodovias e hidrovias; portos organizados e instalações portuárias de uso privativo; trens urbanos e ferrovias, inclusive locomotivas e vagões; e sistemas aeroportuários e sistemas de proteção ao voo instalados em aeródromos públicos;	<a href="#">Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007</a> – Cria o REIDI.  <a href="#">Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007</a> - Regulamenta a forma de habilitação e co-habilitação ao Regime.  <a href="#">Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007</a> – dispõe sobre o REIDI. Alterada por: <a href="#">Instrução Normativa RFB nº 778, de 19 de outubro de 2007.</a> <a href="#">Instrução Normativa RFB nº 955, de 9 de julho de 2009.</a> <a href="#">Instrução Normativa RFB nº 1.237, de 11 de janeiro de 2012.</a>

INSTRUMENTO	O QUE É	A QUEM BENEFICIA	LEGISLAÇÃO
		<p>- energia, alcançando exclusivamente geração, co-geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; e produção e processamento de gás natural em qualquer estado físico;</p> <p>- saneamento básico, alcançando exclusivamente abastecimento de água potável e esgotamento sanitário;</p> <p>- irrigação; ou</p> <p>- dutovias.</p>	<p><a href="#">Instrução Normativa RFB nº 1.367, de 20 de junho de 2013.</a></p> <p><b>Setor de Minas e Energia</b> <a href="#">Portaria MME nº 280, de 15 de julho de 2009.</a></p> <p><b>Transportes</b> <a href="#">Portaria GM nº 124, de 13 agosto de 2013,</a> publicada em 14 de agosto de 2013.</p> <p><b>Portos</b> - <a href="#">Portaria nº 124, de 29 de agosto de 2013,</a> da Secretaria de Portos, publicada em 30 de agosto de 2013.</p> <p>Para acesso à lista completa de Empresas habilitadas ao REIDI na Receita Federal, ver o link <a href="http://idg.receita.fazenda.gov.br/aceso-rapido/legislacao/legislacao-por-assunto/reidi-regime-especial-de-incentivos-para-o-desenvolvimento-da-infraestrutura">http://idg.receita.fazenda.gov.br/aceso-rapido/legislacao/legislacao-por-assunto/reidi-regime-especial-de-incentivos-para-o-desenvolvimento-da-infraestrutura</a></p>
<p><b>Special Regime of Incentives for the Development of Infrastructure (REIDI)</b></p>	<p>Establishes the suspension of the PIS/PASEP and COFINS tax in the acquisition of machines and equipment for incorporation in infrastructure works aimed at its fixed assets.</p> <p>To apply for the benefit, as qualified or co-qualified, the companies should present to the Brazilian Federal Revenue Office (SRF) a copy of the Administrative Order that approved the infrastructure works, published by the Ministry of the respective sector.</p>	<p>Infrastructure works in the sectors of transports, ports, energy, basic sanitation and irrigation.</p>	<p><a href="#">Law 11.488 of June 15, 2007</a> – Creates the REIDI.</p> <p><a href="#">Decree 6.144, of July 3, 2007</a> - Regulates the form of qualification and co-qualification to the Regime.</p> <p>Regulated by <a href="#">Normative Instruction RFB 758 of July 25, 2007.</a></p> <p>Modified by: <a href="#">Normative Instruction RFB 778 of October 19, 2007.</a>  <a href="#">Normative Instruction RFB 955 of July 9, 2009.</a>  <a href="#">Normative Instruction RFB 1.237 of January 11, 2012.</a>  <a href="#">Normative Instruction RFB 1.367 of June 20, 2013.</a></p> <p><b>Sector of Mines and Energy</b> – <a href="#">Administrative Order MME 280 of July 15, 2009.</a></p> <p><b>Transport</b> – <a href="#">Administrative Order GM 124 of August 13, 2013,</a> published on August 14, 2013.</p> <p><b>Ports</b> – <a href="#">Administrative Order 124 of August 29, 2013,</a> of Secretariat of Ports, published on August 30, 2013</p> <p>To access the full list of Companies qualified to REIDI by the SRF, see the link <a href="http://idg.receita.fazenda.gov.br/aceso-rapido/legislacao/legislacao-por-assunto/reidi-regime-especial-de-incentivos-para-o-desenvolvimento-da-infraestrutura">http://idg.receita.fazenda.gov.br/aceso-rapido/legislacao/legislacao-por-assunto/reidi-regime-especial-de-incentivos-para-o-desenvolvimento-da-infraestrutura</a></p>
<p><b>Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra)</b></p>	<p>O Regime tem por objetivo devolver parcial ou integralmente o resíduo tributário remanescente na cadeia de produção de bens exportados.</p>	<p>O Reintegra não se aplica a empresa comercial exportadora (ECE).</p>	<p><a href="#">Lei n. 13.043, de 13 de novembro de 2014</a> - Reinstituí o Regime (art. 21)</p> <p><a href="#">Decreto nº 8.415, de 27 de fevereiro de 2015</a> – Regulamenta o Regime</p>
<p><b>Special Regime for the Reinstatement of Taxes for Exporters Companies (Reintegra)</b></p>	<p>The Special tax regime aims to restore partially or entirely the remaining residue tax in the production of exported goods chain.</p>	<p>The Reintegra does not applies for export trading company (ECE).</p>	<p><a href="#">Law 13.043 of November 13, 2014</a> – Recreates the Reintegra (art. 21)</p> <p><a href="#">Decree 8.415, of February 27, 2015</a> – Regulates Reintegra</p>
<p><b>Regime Especial de Tributação para a Indústria de Defesa (Retid)</b></p>	<p>Suspensão da exigência da PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita da pessoa jurídica vendedora, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do Retid; da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação, quando a importação for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do Retid; do IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado, quando a aquisição no mercado interno for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do Retid; e do IPI incidente na importação, quando efetuada por estabelecimento</p>	<p>Empresas fornecedoras de insumos e prestadoras de serviços às empresas credenciadas no RETID.</p> <p>Não poderão usufruir do RETID as empresas optantes pelo Simples Nacional e as pessoas jurídicas tributadas com base no regime do lucro presumido.</p>	<p><a href="#">Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012</a> – Institui o Retid.</p> <p><a href="#">Decreto nº 8.122, de 16 de outubro de 2013</a> – Regulamenta o Regime.</p> <p><a href="#">Instrução Normativa RFB nº 1.454, de 25 de fevereiro de 2014</a> – Dispõe sobre a aplicação do Regime.</p>

INSTRUMENTO	O QUE É	A QUEM BENEFICIA	LEGISLAÇÃO
	industrial de pessoa jurídica beneficiária do Retid. Vigência até 22/03/2032.		
<b>Special Tax Regime for Defense Industry (Retid)</b>	Suspension of the requirement of PIS/PASEP and COFINS on revenues from corporate seller, when the acquisition is made by company that benefits from the Special Tax Regime; of the requirement of PIS/PASEP-Import and COFINS-Import, when the import is made by company that benefits from the Special Tax Regime; of IPI in the output of industrial or similar establishment when the purchase is made in internal market by companies that benefits from the Regime; and of IPI on imports when made by companies that benefits from the Regime. Date of expiry: March 22 <sup>nd</sup> , 2032.	Companies supplying inputs and providing services to credentialed companies in RETID. Companies opting for Simples National and companies taxed base on the presumed profit may not enjoy the benefits of the Regime.	<a href="#">Law 12.598 of March 21, 2012</a> – Institutes the Retid. <a href="#">Decree 8.122 of October 16, 2013</a> – Regulates the Regime. <a href="#">Normative Instruction RFB 1.454 of February 25, 2014</a> – Determines the implementation of the Regime.
<b>Regime de tributação das microempresas e empresas de pequeno porte (Simples Nacional)</b>	Regime unificado de apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União (CSLL, PIS, COFINS, IPI, INSS sobre a folha de pagamento), dos Estados (ICMS), do Distrito Federal e dos Municípios (ISS), inclusive com simplificação das obrigações fiscais acessórias.	Tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.	<a href="#">Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006</a> - Estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte. <a href="#">Decreto nº 6.038, de 7 de fevereiro de 2007</a> - Institui o Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN). <a href="#">Decreto nº 6.451, de 12 de maio de 2008</a> - Dispõe sobre a constituição do Consórcio Simples por microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional. <a href="#">Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015</a> - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
<b>Taxation regime of microcompanies and small companies (Simples Nacional)</b>	Unified regime for verification and payment of the Federal taxes and contributions (CSLL, PIS, COFINS, IPI, Social security contribution on the payroll), of State tax (ICMS), Federal District and Municipal tax (ISS), including simplification of accessory fiscal obligations.	Differentiated, favored and simplified treatment of Microcompanies and Small Companies	<a href="#">Complementary Law 123 of December 14, 2006</a> – Establishes general rules relating to differential treatment and favored to be dispensed to microcompanies and small companies. <a href="#">Decree 6.038 of February 7, 2007</a> – Creates the Management Committee of Simples Nacional (CGSN) <a href="#">Decree 6.451 of May 12, 2008</a> – Establishment of the Single Consortium for micro and small companies opting for Simples Nacional. <a href="#">Decree 8.538 of October 6, 2015</a> – Establishes the favored treatment, differentiated and simplified for Micro Enterprises, Small Companies, individual farmers, individual micro entrepreneurs and consumer cooperatives in public procurement of goods, services and construction within the federal government.
<b>Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (REPES)</b>	Para a pessoa jurídica beneficiária do regime para incorporação ao seu ativo imobilizado (no caso de bens), o REPES suspende a exigência: - da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de bens novos ou auferida pela prestadora de serviços; - da Contribuição para o PIS/PASEP- Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre bens novos ou serviços.	Pessoa jurídica previamente habilitada pela SRF e que exerça exclusivamente as atividades de desenvolvimento de software ou de prestação de serviços de tecnologia da informação e que, por ocasião da sua opção pelo REPES, assumo compromisso de exportação igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta anual decorrente da venda dos bens e serviços.	<a href="#">Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005</a> – Institui o REPES (art. 1º)  <a href="#">Decreto nº 5.712, de 2 de março de 2006</a> – Regulamenta o REPES <a href="#">Decreto nº 5.713, de 2 de março de 2006</a> – Dispõe sobre bens e serviços amparados pelo REPES  <a href="#">Instrução Normativa RFB nº 630, de 15 de março de 2006</a> – Dispõe sobre o REPES.
<b>Special Tax Regime for Platforms of Exportation of Information Technology Services (REPES)</b>	For the legal person beneficiary of the Special Regime to incorporate into their fixed assets (in the case of goods), the Special Regime establishes the suspension of PIS/PASEP and COFINS on gross revenue arising from the sale of new goods or earned by the service	Companies previously qualified for SRF and that exclusively performs software development activities or performs information technology services and, at its option at REPES,	<a href="#">Law 11.196 of November 21, 2005</a> – Institutes REPES (art. 1º).  <a href="#">Decree 5.712 of March 2, 2006</a> – Regulates the Regime.

INSTRUMENTO	O QUE É	A QUEM BENEFICIA	LEGISLAÇÃO
	provider. Also establishes the suspension of PIS/PASEP- Import and COFINS-Import taxes on new goods and services.	assume commitment to export equals to or more than 50% (fifty percent) of its annual gross revenues from the sale of goods and services.	<p><a href="#">Decree 5.713 of March 2, 2006</a> – Establishes the list of goods and services contemplated by REPES.</p> <p>Regulated by <a href="#">Normative Instruction RFB 630 of March 15, 2006</a>.</p>
<b>Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO)</b>	Regime tributário especial que tem como característica principal a desoneração tributária da aquisição de máquinas e equipamentos, sendo desonerados da incidência de IPI, COFINS, PIS/PASEP e II (no caso de equipamentos sem similar nacional). Vigência até 31/12/2020.	Operador Portuário; Concessionário de Porto Organizado; Arrendatário de Instalação Portuária de Uso Público; Empresa Autorizada a Explorar Instalação Portuária de Uso Privativo Misto; Concessionário de Transporte Ferroviário; Empresas de Dragagem em rios, lagos, mares, baías e canais; Recintos Alfandegados de Zona Secundária; Centros de Treinamento Profissional instituídos pelos CAPs (Conselho de Autoridade Portuária).	<p><a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a> - Institui o REPORTO (art. 13).</p> <p><a href="#">Decreto nº 6.582 de 26 de setembro de 2008</a> – Estabelece a relação de máquinas, equipamentos e bens objeto da suspensão de que trata o art. 13 da lei que instituiu o REPORTO.</p> <p><a href="#">Instrução Normativa RFB nº 1.370, de 28 de junho de 2013</a> – Disciplina a aplicação do REPORTO.</p>
<b>Special Tax Regime for Modernization and Expansion of the Port Structure (REPORTO)</b>	Special tax regime – its main feature is tax reduction in acquisition of machines and equipment, with reduction of incidence of IPI, COFINS, PIS/PASEP and II (in the case of equipment without national equivalent) Date of expiry December 31, 2020.	Aimed at investments in ports and railroad concessionaires.	<p><a href="#">Law 11.033 of December 21, 2004</a> – Institutes REPORTO (art. 13)</p> <p><a href="#">Decree 6.582 of September 26, 2008</a> – Establishes the list of machines, equipment and goods object of the suspension referred in article 13 of the Law that establishes the REPORTO.</p> <p>Regulated by <a href="#">Normative Instruction RFB 1.370 of June 28, 2013</a></p>
<b>Regime Especial para a Indústria Aeroespacial Brasileira (RETAERO)</b>	Com o regime, serão permitidos a suspensão da exigência do PIS/PASEP e do IPI quando da aquisição no mercado interno ou na importação dos referidos bens.	A pessoa jurídica que produza bens ou partes, peças, ferramentais, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas; ou preste serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia destinados a empresas beneficiárias do Retaeero a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização das aeronaves.	<p><a href="#">Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010</a> – Institui o RETRAERO. (art. 29)</p> <p><a href="#">Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012</a> – Altera a Lei nº 12.249/2010.</p> <p><a href="#">Decreto nº 7.451, de 11 de março de 2011</a> – Regulamenta o Regime.</p> <p><a href="#">Instrução Normativa RFB nº 1.186, de 29 de agosto de 2011</a> – Estabelece os procedimentos para habilitação ao RETRAERO</p>
<b>Special Regime for the Brazilian Aerospace Industry (RETAERO)</b>	The Special Regime allows the suspension of the requirement of PIS / PASEP and IPI when purchasing domestically or importation of such goods.	The legal person that produces goods or parts, parts, tools, components, equipment, systems, subsystems, inputs and raw materials; or provides basic industrial technology, development and technological innovation, technical assistance and technology transfer aimed at companies receiving Retaeero to be employed in the maintenance, preservation, modernization, repair, overhaul, conversion and manufacturing of aircraft.	<p><a href="#">Law 12.249 of June 11, 2010</a> – Creates RETRAERO.</p> <p><a href="#">Law 12.598 of March 21, 2012</a> – Modifies Law n. 12.249/2010.</p> <p><a href="#">Decree 7.451 of March 11, 2011</a> – Regulates the Special Regime.</p> <p><a href="#">Normative Instruction RFB 1.186 of August 29, 2011</a> – Establishes procedures for qualifying RETRAERO</p>

## II - MARCO LEGAL PARA ALGUNS SETORES LEGAL FRAMEWORK FOR SOME SECTORS

INSTRUMENTO	O QUE É	A QUEM BENEFICIA	LEGISLAÇÃO
<b>Lei da Inovação</b>	Organizada em torno de três eixos: a constituição de ambiente propício a parcerias estratégicas entre as universidades, institutos tecnológicos e empresas; o estímulo à participação de institutos de ciência e tecnologia no processo de inovação; e o estímulo à inovação na empresa.	Empresas que invistam na inovação tecnológica, especialmente, as micro e pequenas empresas.	<p><a href="#">Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004</a> – Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.</p> <p><a href="#">Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005</a> - Regulamenta a Lei n. 10.973/2004.</p> <p>Portarias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI: <a href="http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/8477.html">http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/8477.html</a>.</p> <p><b>Lei do Bem</b> – <a href="#">Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005</a> – Institui, entre outros dispositivos, o Programa de Inclusão Digital (Capítulo III – artigos 17 a 26).</p> <p><a href="#">Decreto nº 5.798, de 7 de julho de 2006</a> – Regulamenta os incentivos mencionados nos artigos 17 a 26 da Lei 11.196/2005.</p> <p><a href="#">Lei nº 11.487 de 15 de julho de 2007</a> – Inclui novo incentivo à inovação tecnológica.</p>
<b>Innovation Law</b>	Organized around three axes: the creation of conducive to strategic partnerships between universities, technological institutes and companies; stimulating the participation of institutes of science and technology in the innovation process; and encouraging innovation in the company.	Companies investing in technological innovation, especially micro and small companies.	<p><a href="#">Law 10.973 of December 2, 2004</a> – Establishes incentives for innovation and scientific and technological research in the production environment and other measures;</p> <p><a href="#">Decree 5.563 of October 11, 2005</a> – Regulates Law 10.973/2004.</p> <p>Ministerial Orders - Ministry of Science, Technology and Innovation (MCTI): <a href="http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/8477.html">http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/8477.html</a>.</p> <p><a href="#">Law 11.196 of November 21, 2005</a> - Institutes, among other provisions, the Digital Inclusion Program (Chapter III - Articles 17 to 26).</p> <p><a href="#">Decree 5.798 of July 7, 2006</a> – Regulates the incentives mentioned in articles 17 to 26 of Law 11.196/2005.</p> <p><a href="#">Law 11.487 of July 15, 2007</a> – Includes new incentives for technological innovation.</p>
<b>Lei da Biossegurança</b>	Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB		<p><a href="#">Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005</a> – Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados.</p> <p><a href="#">Decreto nº 5.591, de 22 de novembro de 2005</a> – Regulamenta a Lei n. 11.105/2005.</p>
<b>Biosafety Law</b>	Establishes safety standards and inspection mechanisms for activities involving genetically modified organisms - GMOs and its derivatives, creates the National Biosafety Council (CNBS), restructuring the National Technical Commission on Biosafety (CTNBio), establishes the National Biosafety Policy (PNB)		<p><a href="#">Law 11.105 of March 24, 2005</a> – Establishes safety standards and enforcement mechanisms of genetically modified organisms (OGM) and its derivatives.</p> <p><a href="#">Decree 5.591 of November 22, 2005</a> – Regulates Law. 11.105/2005.</p>
<b>Lei da Informática</b>	Possibilita a redução de IPI para Bens de Informática, produzidos segundo o Processo Produtivo Básico (PPB) descrito na legislação (conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de um determinado produto).	Indústrias de computação, automação, telecomunicações, microeletrônica, software e serviços técnicos.	<p><a href="#">Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991</a> – Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação.</p> <p><a href="#">Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991</a> – Altera legislação.</p>



INSTRUMENTO	O QUE É	A QUEM BENEFICIA	LEGISLAÇÃO
			<p><a href="#">Lei nº 10.664, de 22 de abril de 2003</a> – Altera legislação e dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação.</p> <p><a href="#">Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006</a> – Regulamenta as Leis nº 8.248/1991, nº 10.176/2001 e nº 11.077/2004.</p> <p><a href="#">Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006</a> – Trata do benefício fiscal concedido às empresas que produzam bens de informática na Zona Franca de Manaus que investirem em atividades de pesquisa e desenvolvimento na Amazônia.</p>
<b>IT Law</b>	Enables the reduction of the IPI for computing goods, produced according to the Basic Productive Process (PPB) described in the legislation (minimum set of operations, in the manufacturing facility, which characterizes the effective industrialization of a particular product).	Computing industries, automation, telecommunications, microelectronics, software and technical services.	<p><a href="#">Law 8.248 of October 23, 1991</a> – Provides training and competitiveness in information technology and automation industry.</p> <p><a href="#">Law. 8.387 of December 30, 1991</a> - Modifies legislation</p> <p><a href="#">Law 10.664 of April 22, 2003</a> – Modifies legislation.</p> <p><a href="#">Decree 5.906 of September 26, 2006</a> – Regulates Law 8.248/1991, Law 10.176/2001 and Law 11.077/2004.</p> <p><a href="#">Decree 6.008 of December 29, 2006</a> – Tax benefit granted to companies producing computer goods in the Free Trade Zone of Manaus that invest in research and development activities in the Amazon.</p>
<b>Estatuto Nacional da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP)</b>  <a href="#">Portal do Simples Nacional</a>	<p>Estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado, favorecido e simplificado a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>Benefícios previstos em lei:</p> <p>a) Regime unificado de apuração e recolhimento dos impostos e contribuições (Simples Nacional);</p> <p>b) Desoneração tributária das receitas de exportação e substituição tributária;</p> <p>d) Estímulo ao crédito e à capitalização;</p> <p>c) Dispensa no cumprimento de certas obrigações trabalhistas e previdenciárias;</p> <p>d) Simplificação no processo de abertura, alteração e encerramento das MPEs;</p> <p>e) Incentivo à formação de consórcios para acesso a serviços de segurança e medicina do trabalho;</p> <p>f) Estímulo à Inovação. Estabelece alguns mecanismos de inovações e determina que 20% dos programas do governo voltados para inovação deverão ser destinados as MPEs;</p> <p>g) Preferências nas compras públicas</p>	<p>A partir de janeiro de 2012 considera-se ME, para efeito do Simples Nacional, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário que afixarem, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).</p> <p>Considera-se EPP, para efeito do Simples Nacional, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário que afixarem, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).</p>	<p><a href="#">Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006</a> - Estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte (altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991; da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001; da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e nº 9.841, de 5 de outubro de 1999).</p> <p><a href="#">Decreto nº 6.038, de 7 de fevereiro de 2007</a> - Institui o Comitê Gestor do Simples Nacional.</p> <p><a href="#">Decreto nº 8.364, de 17 de novembro de 2014</a> - Regulamenta o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.</p> <p><a href="#">Decreto nº 6.451, de 12 de maio de 2008</a> - Dispõe sobre a constituição do Consórcio Simples por microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.</p> <p><a href="#">Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015</a> - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.</p>

INSTRUMENTO	O QUE É	A QUEM BENEFICIA	LEGISLAÇÃO
<p><b>Brazilian Statute for Micro (ME) and Small Companies (EPP)</b></p> <p><a href="#">Site of National Simple</a></p>	<p>Establishes general rules on the differentiated, simplified and favored treatment applicable to micro and small companies under the Powers of the Union, States, Federal District and Municipalities.</p> <p>Benefits provided by law:</p> <p>a) Unified regime of calculation and payment of taxes and contributions (National Simple);</p> <p>b) Tax exemption of export earnings and tax substitution;</p> <p>d) Encouraging credit and capitalization;</p> <p>c) Exemption in compliance with certain labor and social security obligations;</p> <p>d) Simplification of the process of opening, modification and closing of the ME and EPP;</p> <p>e) encouraging the formation of consortium for access to safety and occupational health services;</p> <p>f) Encouraging Innovation. The chapter establishes some innovations mechanisms and determines that 20% of government programs aimed at innovation should be for ME and EPP;</p> <p>g) Preference in government procurement.</p>	<p>As of January 2012 it is considered ME, for the purposes of National Simple, business company, simple company, single holder limited liability company (EIRELI) and the entrepreneur who receive in each calendar year, gross income equal to or less than R\$ 360,000.00 (three hundred sixty thousand reais).</p> <p>EPP is considered, for purposes of National Simple, business company, simple company, single holder limited liability company (EIRELI) and the entrepreneur who receive in each calendar year, gross income more than R\$ 360,000.00 (three hundred sixty thousand real) and equal to or less than R\$ 4,800,000.00 (four million eight hundred thousand reais).</p>	<p><a href="#">Complimentary Law 123 of December 14, 2006</a> – Establishes general rules relating to differential and favored treatment to be dispensed to micro and small companies (modifies Law 8.212 and 8.213, both of July 24, 1991; of Consolidation of Labour Laws (CLT), approved by Decree-Law 5.452, of May 1<sup>st</sup>, 1943; Law 10.189 of February 14, 2001; Complimentary Law 63 of January 11, 1990, and revoke Laws 9.317 of December 5, 1996 and 9.841 of October 5, 1999.</p> <p><a href="#">Decree 6.038 of February 07, 2007</a> – Establishes the Management Committee of National Simple.</p> <p><a href="#">Decree 8.364 of November 17, 2014</a> - Regulates the Permanent Forum of Micro and Small Companies.</p> <p><a href="#">Decree 6.451 of May 12, 2008</a> – Provides for the establishment of the Single Consortium for Micro and Small Companies opting for National Simple.</p> <p><a href="#">Decree 8.538 of October 06, 2015</a> - Establishes the favored treatment, differentiated and simplified for Micro Enterprises, Small Companies, individual farmers, individual micro entrepreneurs and consumer cooperatives in public procurement of goods, services and construction within the federal government.</p>
<p><b>Política de Desenvolvimento da Biotecnologia</b></p>	<p>Aprimorar a legislação e o marco regulatório com impactos diretos sobre o desenvolvimento da biotecnologia e da bioindústria nacional, de forma a facilitar a entrada competitiva de produtos e processos biotecnológicos nos mercados nacional e internacional.</p>		<p><a href="#">Decreto nº 6.041, de 8 de fevereiro de 2007</a> – Institui a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia e cria o Comitê Nacional de Biotecnologia.</p> <p><a href="#">Decreto nº 6.538, de 13 de agosto de 2008</a> – Altera composição do Comitê Nacional de Biotecnologia.</p> <p><a href="#">Portaria nº 161 GM/MDIC, de 25 de agosto de 2009</a> – Regimento Interno do Fórum de Competitividade de Biotecnologia.</p> <p><a href="#">Portaria nº 107 GM/MDIC, de 28 de junho de 2007</a> – Regimento Interno do Comitê Nacional de Biotecnologia.</p>
<p><b>Biotechnology Development Policy</b></p>	<p>Enhances the legislation and the regulatory framework with direct impacts on the development of biotechnology and national biomanufacturing, in order to facilitate competitive entry in domestic and international markets of biotechnology products and processes.</p>		<p><a href="#">Decree 6.041 of February 8, 2007</a> – Establishing the Development Biotechnology Policy and creates the National Biotechnology Committee.</p> <p><a href="#">Decree 6.538 of August 13, 2008</a> – Modify the composition of the National Biotechnology Committee.</p> <p><a href="#">Ministerial Order 161 GM/MDIC of August 25, 2009</a> – Internal Rules of Competitiveness of Biotechnology Forum.</p> <p><a href="#">Ministerial Order 107 GM/MDIC of June 28, 2007</a> – Internal Regulations of the National Biotechnology Committee.</p>

### III – INSTRUMENTOS E PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

#### FINANCING INSTRUMENTS AND PROGRAMS

INSTRUMENTO	O QUE É	A QUEM BENEFICIA	LEGISLAÇÃO
<b>Cartão BNDES</b>  <a href="#">Portal de Operações Cartão BNDES</a>	O Cartão BNDES permite a utilização de forma automática de linha de financiamento pré-aprovado, além de estabelecer e valorizar o contato direto entre as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e o BNDES.	MPMEs (com faturamento bruto anual de até R\$ 90 milhões), sediadas no País, de controle nacional, que exerçam atividade econômica compatíveis com as Políticas Operacionais e de Crédito do BNDES e que estejam em dia com o INSS, FGTS, RAIS e tributos federais.	<a href="https://www.cartaobndes.gov.br/cartaobndes/">https://www.cartaobndes.gov.br/cartaobndes/</a>
<b>BNDES Card</b>	The BNDES Card allows the use of automatic pre-approved finance line, besides establishing and valuing direct contact between Micro, Small and Medium Enterprises (MPMEs) and the BNDES.	MPMEs (with annual gross revenue of up to R\$ 90 million), headquartered in the Country, that exercise economic activity compatible with the Operational and Credit Policies of the BNDES and that are in compliance with INSS, FGTS, RAIS and federal taxes.	<a href="https://www.cartaobndes.gov.br/cartaobndes/">https://www.cartaobndes.gov.br/cartaobndes/</a>
<b>Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS</b>	Destina-se a investimentos em empreendimentos dos setores de aeroportos, energia, rodovia, ferrovia, hidrovia, porto e saneamento, de acordo com as diretrizes, critérios e condições que dispuser o Conselho Curador do FGTS.	Setores de Infraestrutura	<a href="#">Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007</a> – Institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS.  <a href="#">Instrução CVM nº 462/2007</a> : dispõe sobre o FI-FGTS.
<b>Investment Fund of the Government Severance Indemnity Fund - FI-FGTS</b>	For investments in enterprises of the airport, energy, highway, railroad, water way, port and sanitation sectors, in compliance with the guidelines, criteria and conditions established by the Custody Council of the FGTS	Infrastructure Sectors	<a href="#">Law 11.491 of June 20, 2007</a>  <a href="#">Instruction CVM 462, 2007</a> .
<b>Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura - FIP-IE e o Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FIP-PD&amp;I)</b>	As instituições autorizadas pela CVM, nos termos da lei, poderão constituir Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, sob a forma de condomínio fechado, que terá por objetivo o investimento em novos projetos de infraestrutura e de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação no território nacional. Consiste na isenção do Imposto de Renda para pessoas físicas que invistam nos fundos de investimento.	Novos projetos de infraestrutura (energia; transporte; água e saneamento básico; e irrigação).	<a href="#">Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007</a> – Institui o FIP-IE e FIP-PD&I.  <a href="#">Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016</a> – Regulamenta as condições e define os setores considerados como prioritários na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em P&D&I.  <a href="#">Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014</a> . – Conversão da Medida Provisória nº 651, de 2014: Dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa, sobre a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros, sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros e sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e médias.  <a href="#">Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016</a> - Dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos Fundos de Investimento em Participações.
<b>Fund Equity Investment in Infrastructure (FIP-IE) and Fund Equity Investments in Economic Production Intensive Research, Development and</b>	Institutions authorized by CVM, in terms of the law, may constitute Fund Equity Investment in Infrastructure, in the form of private condominium, which will aim to invest in new infrastructure projects in the country. Constitutes waiver of Income Tax (IR) for individuals investing in these kinds of Fund Equity Investment.	New infrastructure projects (energy, transport, water and sanitation, and irrigation).	<a href="#">Law 11.478 of May 29, 2007</a> – Institutes FIP-IE and FIP-PD&I.  <a href="#">Decree 8.874 of October 11, 2016</a> – Regulates the conditions and establishes priority sectors in infrastructure or in PD&I intensive economic production.  <a href="#">Law 13.043 of November 13, 2014</a> – Regulates the conditions of the Provisional Remedy 651 of July 2014.

INSTRUMENTO	O QUE É	A QUEM BENEFICIA	LEGISLAÇÃO																
<b>Innovation (FIP-PD&amp;I)</b>			<a href="#">Instruction CVM 578 of August 30, 2016</a> ; Regulates Fund Equity Investments.																
<p><b>Fundos Setoriais</b></p> <p>As Ações Transversais dos Fundos Setoriais são programas estratégicos do MCTI que utilizam recursos de diversos Fundos Setoriais simultaneamente.</p>	<p>Com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (exceto o Funttel) são instrumentos de financiamento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no País. Há 16 Fundos Setoriais, sendo 14 relativos a setores específicos e dois transversais:</p> <table border="0"> <tr> <td><a href="#">CT - Aeronáutico</a></td> <td><a href="#">CT - Agronegócios</a></td> </tr> <tr> <td><a href="#">CT - Amazônia</a></td> <td><a href="#">CT - Aquaviários</a></td> </tr> <tr> <td><a href="#">CT - Biotecnologia</a></td> <td><a href="#">CT - Energia</a></td> </tr> <tr> <td><a href="#">CT - Espacial</a></td> <td><a href="#">CT - Hidro</a></td> </tr> <tr> <td><a href="#">CT - Info/Cati</a></td> <td><a href="#">CT - Infra</a></td> </tr> <tr> <td><a href="#">CT - Mineral</a></td> <td><a href="#">CT - Petro</a></td> </tr> <tr> <td><a href="#">CT - Saúde</a></td> <td><a href="#">CT - Transportes</a></td> </tr> <tr> <td><a href="#">CT - Verde Amarelo</a></td> <td><a href="#">Funttel</a></td> </tr> </table>	<a href="#">CT - Aeronáutico</a>	<a href="#">CT - Agronegócios</a>	<a href="#">CT - Amazônia</a>	<a href="#">CT - Aquaviários</a>	<a href="#">CT - Biotecnologia</a>	<a href="#">CT - Energia</a>	<a href="#">CT - Espacial</a>	<a href="#">CT - Hidro</a>	<a href="#">CT - Info/Cati</a>	<a href="#">CT - Infra</a>	<a href="#">CT - Mineral</a>	<a href="#">CT - Petro</a>	<a href="#">CT - Saúde</a>	<a href="#">CT - Transportes</a>	<a href="#">CT - Verde Amarelo</a>	<a href="#">Funttel</a>	<p>As empresas públicas ou privadas podem participar técnica e financeiramente da execução dos projetos apoiados pelos Fundos Setoriais (em parceria com as universidades ou centros de pesquisa).</p>	<p>FNDCT - <a href="#">Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969</a>.  CT-PETRO – <a href="#">Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997</a> e <a href="#">Decreto nº 2.851, de 30 de dezembro de 1998</a>.  CT-ENERGIA – <a href="#">Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000</a> e <a href="#">Lei nº 13.280, de 3 de maio de 2016</a>.  CT-HIDRO – <a href="#">Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000</a> e <a href="#">Decreto nº 3.874, de 19 de julho de 2001</a>.  CT-TRANSPORTES – <a href="#">Lei nº 9.992, de 24 de julho de 2000</a> e <a href="#">Decreto nº 4.324, de 6 de agosto de 2002</a>.  CT-MINERAL – <a href="#">Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000</a> e <a href="#">Decreto nº 3.866, de 16 de julho de 2001</a>.  CT-ESPACIAL – <a href="#">Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000</a> e <a href="#">Decreto nº 3.915, de 12 de setembro de 2001</a>.  FUNTTTEL – <a href="#">Lei nº 10.052, de 24 de novembro de 2000</a> e <a href="#">Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001</a>.  CT-INFO – <a href="#">Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001</a> e <a href="#">Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006</a>.  CT Verde Amarelo – <a href="#">Lei nº 10.168, de 29 de Dezembro de 2000</a> e <a href="#">Lei nº 10.332, de 19 de Dezembro de 2001</a>.  CT-INFRA — <a href="#">Lei nº 10.197, de 14 de Fevereiro de 2001</a> e <a href="#">Decreto nº 3.807, de 26 de abril de 2001</a>.  CT Agronegócios – <a href="#">Lei nº 10.332, de 19 de Dezembro de 2001</a> e <a href="#">Decreto nº 4.157, de 12 de março de 2002</a>.  CT Biotecnologia - <a href="#">Lei nº 10.332, de 19 de Dezembro de 2001</a> e <a href="#">Decreto nº 4.154, de 7 de março de 2002</a>  CT Saúde - <a href="#">Lei nº 10.332, de 19 de Dezembro de 2001</a> e <a href="#">Decreto nº 4.143, de 25 de fevereiro de 2002</a>.  CT Aeronáutico - <a href="#">Lei nº 10.332, de 19 de Dezembro de 2001</a> e <a href="#">Decreto nº 4.179, de 2 de abril de 2002</a>.  CT Amazônia - <a href="#">Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001</a> e <a href="#">Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006</a>.  CT Aquaviários - <a href="#">Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004</a> e <a href="#">Decreto nº 5.252, de 22 de outubro de 2004</a>.</p>
<a href="#">CT - Aeronáutico</a>	<a href="#">CT - Agronegócios</a>																		
<a href="#">CT - Amazônia</a>	<a href="#">CT - Aquaviários</a>																		
<a href="#">CT - Biotecnologia</a>	<a href="#">CT - Energia</a>																		
<a href="#">CT - Espacial</a>	<a href="#">CT - Hidro</a>																		
<a href="#">CT - Info/Cati</a>	<a href="#">CT - Infra</a>																		
<a href="#">CT - Mineral</a>	<a href="#">CT - Petro</a>																		
<a href="#">CT - Saúde</a>	<a href="#">CT - Transportes</a>																		
<a href="#">CT - Verde Amarelo</a>	<a href="#">Funttel</a>																		
<p><b>Sectorial Funds</b></p> <p>The Cross-Cutting Actions of the Sectoral Fund are strategic programs of the Ministry of Science and Technology that use simultaneously resources from various Sectorial Funds.</p>	<p>With resources of National Scientific and Technological Development Fund (FNDCT), except the Funttel, they are instruments to finance research, development and innovation projects in the Country. There are 16 Sectorial Funds, 14 of which are related to specific sectors and two are cross-cutting:</p> <p><a href="#">CT - Aeronautical</a>  <a href="#">CT - Agribusiness</a>  <a href="#">CT - Amazon</a>  <a href="#">CT - Waterways</a>  <a href="#">CT - Biotechnology</a>  <a href="#">CT - Energy</a>  <a href="#">CT - Space</a>  <a href="#">CT - Water</a>  <a href="#">CT - Info</a>  <a href="#">CT - Infra</a>  <a href="#">CT - Mineral</a>  <a href="#">CT - Oil</a></p>	<p>Public or private companies can participate technically and financially in the execution of the projects supported by the Sectorial Funds. (in partnership with universities or research centers)</p>	<p>FNDCT – <a href="#">Decree 719 of July 31, 1969</a>  CT-OIL – <a href="#">Law 9.478 of August 6, 1997</a> and <a href="#">Decree 2.851 of December 30, 1998</a>.  CT-ENERGY – <a href="#">Law 9.991 of July 24, 2000</a> and <a href="#">Law 13.280 of May 3, 2016</a>.  CT-WATER – <a href="#">Law 9.993 of July 24, 2000</a> and <a href="#">Decree 3.874 of July 19, 2001</a>.  CT-TRANSPORT – <a href="#">Law 9.992, of July 24, 2000</a> and <a href="#">Decree 4.324 of August 6, 2002</a>.  CT-MINERAL – <a href="#">Law 9.993, of July 24, 2000</a> and <a href="#">Decree 3.866 of July 16, 2001</a>.  CT-SPACE – <a href="#">Law 9.994 of July 24, 2000</a> and <a href="#">Decree 3.915 of September 12, 2001</a>.  FUNTTTEL – <a href="#">Law 10.052, of November 24, 2000</a> and <a href="#">Decree 3.737 of January 30, 2001</a>.  CT-INFO – <a href="#">Law 10.176 of January 11, 2001</a> and <a href="#">Decree 5.906 of September 26, 2006</a>.  CT - Green Yellow – <a href="#">Law 10.168 of December 29, 2000</a> and <a href="#">Law 10.332 of December 19, 2001</a>.  CT-INFRA - <a href="#">Law 10.197 of February 14, 2001</a> and <a href="#">Decree 3.807 of April 26, 2001</a>.</p>																

INSTRUMENTO	O QUE É	A QUEM BENEFICIA	LEGISLAÇÃO
	<a href="#">CT - Health</a> <a href="#">CT - Transports</a> <a href="#">CT - Green Yellow</a> <a href="#">Funttel</a>		CT Agribusiness – <a href="#">Law 10.332 of December 19, 2001</a> and <a href="#">Decree 4.157, March 12, 2002</a> . CT – Biotechnology - <a href="#">Law 10.332 of December 19, 2001</a> and <a href="#">Decree 4.154 of March 7, 2002</a> CT - Health Law – <a href="#">Law 10.332 of December 19, 2001</a> and <a href="#">Decree 4.143 of February 25, 2002</a> . CT - Aeronautics <a href="#">Law 10.332 of December 19, 2001</a> and <a href="#">Decree 4.179 of April 2, 2002</a> CT Amazon – <a href="#">Law 10.176 of January 11, 2001</a> and <a href="#">Decree 6.008 of December 29, 2006</a> . CT Waterways – <a href="#">Law 10.893 of July 13, 2004</a> and <a href="#">Decree 5.252 of October 22, 2004</a> .
<b><a href="#">Linhas de financiamento do BNDES</a></b> (para conhecimento de todas as linhas disponíveis, consultar o site do BNDES)	<a href="#">Programa BNDES Finame de Modernização de Máquinas e Equipamentos Instalados no País - BNDES Finame-Moderniza BK</a> Financiamento a modernização de máquinas e equipamentos instalados no País.	Para todos os setores	
	<a href="#">Programa BNDES de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (BNDES Progeren)</a> – Aumentar a produção, o emprego e a massa salarial, por meio do apoio financeiro para capital de giro. Vigência até 31/12/2017.	Sociedades empresárias, sociedades cooperativas e empresas individuais de responsabilidade limitada inscritas no Registro Público de Empresas Mercantis (RPEM), com sede e administração no País, e empresários individuais.	
	<a href="#">Programa BNDES para o Desenvolvimento da Economia da Cultura - BNDES Procult</a> - Apoio ao desenvolvimento da indústria audiovisual brasileira, em todas as fases da cadeia produtiva. Vigência até 30/06/2017.	Empresas, com sede e administração no Brasil, que mantenham atividades relacionadas à cadeia produtiva da economia da cultura em suas várias modalidades.	
<b><a href="#">BNDES Finance Lines</a></b> (for information on all the available lines, go to BNDES website)	<a href="#">Program of Modernization of the National Industrial Park – BNDES Finame – Moderniza BK</a> Financing of machines and equipment produced in the Country.	All sectors.	
	<a href="#">BNDES Program to Support Capacity Building Employment and Income Generation (BNDES Progeren)</a> Increase production, employment and payroll, through financial support for working capital. Date of expire: December 31, 2017.	Commercial companies, cooperative societies and limited liability individual companies registered with the Public Registration of Commercial Companies, with registered office and effective management in Brazil, and individual entrepreneurs.	
	<a href="#">BNDES Program for the Development of the Economy of Culture – BNDES Procult</a> Supporting the development of Brazilian audiovisual industry at all stages of the production chain. Date of expire: June 30, 2017.	Companies with headquarters and administration in Brazil that keep the supply chain related to culture in its various activities.	

#### IV – INSTRUMENTOS E PROGRAMAS REGIONAIS

### ZONA FRANCA DE MANAUS – ZFM – Resumo básico dos incentivos administrados pela SUFRAMA FREE TRADE ZONE OF MANAUS – ZFM – Basic summary of the incentives managed by SUFRAMA

INSTRUMENTO	O QUE É	A QUEM BENEFICIA	LEGISLAÇÃO
Redução/Isenção do Imposto de Importação (II) para insumos, máquinas e equipamentos.	Isenção e redução de até 88% do II, mediante o cumprimento de alguns requisitos.	Empresas industriais, comerciais e de serviços instaladas na Zona Franca de Manaus.	<a href="#">Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967</a> - Regula a Zona Franca de Manaus.  <a href="#">Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991</a> e outras legislações complementares.
Reduction/Exemption of the Importation Tax (II) for inputs, machines and equipment.	Exemption and reduction of up to 88% of the II, by meeting certain requirements.	Industrial, commercial and service companies established in the Free Trade Zone of Manaus.	<a href="#">Decree-law 288 of February 28, 1967</a>  <a href="#">Law 8.387 of December 30, 1991</a> and other complementary legislation.
Isenção do IPI.	Isenção do IPI para mercadorias produzidas na ZFM, para comercialização ou consumo interno.	Empresas industriais, comerciais e de serviços instaladas na ZFM.	<a href="#">Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967</a> - Regula a Zona Franca de Manaus.  <a href="#">Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991</a> e outras legislações complementares.
Exemption of Tax on Industrialized Products – IPI.	IPI exemption for goods produced in the ZFM, for marketing or domestic consumption.	Industrial, commercial of service companies established in the ZFM.	<a href="#">Decree-law 288 of February 28, 1967</a> .  <a href="#">Law 8.387 of December 30, 1991</a> and other complementary legislation.
Alíquota 0 (zero) das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta auferida com a venda de mercadorias destinadas ao consumo ou à industrialização na ZFM por pessoa jurídica estabelecida fora da ZFM.	Isenção geral para produtos entrados na Zona Franca de Manaus e Produção na Zona franca de Manaus.	Empresas industriais, comerciais e de serviços instaladas na Zona Franca de Manaus.	<a href="#">Decreto nº 5.310, de 15 de dezembro de 2004</a> – Dispõe sobre a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS sobre as operações de venda efetuada na ZFM.
0 (zero) rate of PIS/PASEP and COFINS incident on revenues from sales of goods intended for consumption or industrialization in the Free Trade Zone of Manaus by legal entity established outside the ZFM.	General exemption for products entering the ZFM and Production in the ZFM.	Industrial, commercial of service companies established in the ZFM.	<a href="#">Decree 5.310 of December 15, 2004</a> .
Suspensão da exigibilidade das contribuições do PIS/PASEP e da COFINS, nas importações efetuadas por empresas localizadas na ZFM de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, exceto máquinas e equipamentos, para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na ZFM e consoantes projetos aprovados pelo Conselho de Administração da SUFRAMA.	Isenção geral para produtos entrados na Zona Franca de Manaus e Produção na Zona franca de Manaus.	Empresas industriais, comerciais e de serviços instaladas na Zona Franca de Manaus.	Art. 5º da <a href="#">Lei nº 10.996, de 15 de dezembro de 2004</a> .
Suspension of the requirement of PIS/PASEP and COFINS contributions in the importations carried out by companies located in the ZFM of raw materials, intermediate products and packing material, except for machines and equipment, to be used in the industrialization process by industrial establishments installed in the ZFM and related projects approved by the Board of Administration of the SUFRAMA – C.A.S.	General exemption for products entering the ZFM and Production in the ZFM.	Industrial, commercial and service companies s established in the ZFM.	Article 5 of the <a href="#">Law 10.996 of December 15, 2004</a> .
Alíquota 0 (zero) da contribuição do PIS e COFINS para venda de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidos na Zona Franca de Manaus, para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos instalados nesta área e de acordo com	Isenção para as indústrias da Zona Franca de Manaus.	Empresas industriais localizadas na Zona Franca de Manaus	Art. 2º do <a href="#">Decreto nº 5.310, de 15 de dezembro de 2004</a> .

INSTRUMENTO	O QUE É	A QUEM BENEFICIA	LEGISLAÇÃO
projetos aprovados pelo Conselho de Administração da SUFRAMA – C.A.S.			
0 (zero) rate of PIS and COFINS for sale of raw materials, intermediate products and packing materials produced in the ZFM, for use in industrialization processes by establishments located in this area and in accordance with projects approved by the Board of Administration of SUFRAMA – C.A.S.	Exemption for the industries of the ZFM.	Industrial companies located in the ZFM.	Article 2 of <a href="#">Decree 5.310 of December 15, 2004.</a>
Suspensão da exigência das contribuições do PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação para bens, nas importações efetuadas por empresas localizadas na ZFM de máquinas e equipamentos, para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na ZFM e consoantes projetos aprovados pelo Conselho de Administração da SUFRAMA	Isenção para as indústrias da Zona Franca de Manaus.	Empresas industriais localizadas na Zona Franca de Manaus	<a href="#">Decreto nº 5.691, de 3 de fevereiro de 2006.</a>
Suspension of the requirement of PIS/PASEP - Importation and COFINS- Importation contributions, in the importations carried out by companies located in the ZFM of machines and equipment, for use in industrialization processes by industrial establishments located in the ZFM and related projects approved by the Board of Administration of SUFRAMA	Exemption for the industries of the ZFM.	Industrial companies located in the ZFM.	<a href="#">Decree 5.961 of February 3, 2006.</a>

## ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO – ZPE EXPORTATION PROCESSING ZONES – EPZ

INSTRUMENTO	O QUE É	A QUEM BENEFICIA	LEGISLAÇÃO
<b>Regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs</b>	As ZPEs são áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro. As empresas instaladas nas ZPEs terão direito a tratamento administrativo, tributário e regimes aduaneiros especiais.	A serem implantadas nas regiões menos desenvolvidas do país, são destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior.	<a href="#">Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007</a> - Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs, e dá outras providências.  <a href="#">Decreto nº 6.634, de 5 de novembro de 2008</a> - Dispõe sobre o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE.  <a href="#">Decreto nº 6.814, de 6 de abril de 2009</a> - Regulamenta a Lei nº 11.508/2007.  Resoluções CZPE – link: <a href="http://www.mdic.gov.br/czpe/legislacao-zpe/2048-resolucoes-czpe">http://www.mdic.gov.br/czpe/legislacao-zpe/2048-resolucoes-czpe</a>
<b>Tax, currency and administrative regime of the Exportation Processing Zones - EPZ</b>	The EPZs are free trade areas intended for the establishment of companies that produce goods to be commercialized abroad, being considered primary zones for the purposes of customs control. The companies established in the EPZs will have the right to special administrative tax and customs treatment.	To be implemented in the less developed regions of the Country, they are intended for the establishment of companies that produce goods to be commercialized abroad.	<a href="#">Law 11.508 of July 20, 2007</a> – Establishes the tax, currency and administrative regime of the Exportation Processing Zones.  <a href="#">Decree 6.634 of November 5, 2008</a> – National Council of Export Processing Zones-CZPE.  <a href="#">Decree 6.814 of April 6, 2009</a> – Regulates Law 11.508/2007.  Resolutions CZPE – link: <a href="http://www.mdic.gov.br/czpe/legislacao-zpe/2048-resolucoes-czpe">http://www.mdic.gov.br/czpe/legislacao-zpe/2048-resolucoes-czpe</a>

## FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO CONSTITUTIONAL FINANCING FUNDS

INSTRUMENTO	O QUE É	A QUEM BENEFICIA	LEGISLAÇÃO
<b>Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO)</b>	A Constituição Federal de 1988 destinou 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões citadas	A concessão de financiamento com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento é exclusiva para empreendedores dos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste <b>Como pleitear:</b> O interessado em financiamento deve dirigir-se a uma agência do agente financeiro do fundo de sua Região, a saber: <ul style="list-style-type: none"> <li>■ Região Centro-Oeste (FCO) - Banco do Brasil S.A.</li> <li>■ Região Nordeste (FNE) - Banco do Nordeste do Brasil S.A.</li> <li>■ Região Norte (FNO) - Banco da Amazônia S.A.</li> </ul>	Artigos 159 (inciso I, alínea "c") e 161 da Constituição Federal de 1988. Regulamentado pela <a href="#">Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989</a> . Outras informações disponíveis em: <a href="#">FCO</a> <a href="#">FNE</a> <a href="#">FNO</a>
<b>Constitutional Financing Funds of the Center-West (FCO), Northeast (FNE) and North (FNO) Regions</b>	The 1988 Federal Constitution allocated 3% of the product of taxes on income and earnings of any nature and on industrialized products for investment in the productive sectors of the Regions mentioned.	The concession of financing with resources from the Constitutional Financing Funds is exclusive for entrepreneurs of the productive sectors of the North, Northeast and Center-West Regions <b>How to apply:</b> The party interested in financing must go to a branch of the financial agent of the Fund of their Region, namely: <b>Center-West Region (FCO) – Banco do Brasil S.A.</b> <b>Northeast Region (FNE) – Banco do Nordeste do Brasil S.A.</b> <b>North Region (FNO) – Banco da Amazônia S.A.</b>	Articles 159 (numeral I, alínea "c") and 161 of the 1988 Federal Constitution. Regulated by <a href="#">Law 7.827 of September 27, 1989</a> . For complete legislation, please go to: <a href="#">FCO</a> <a href="#">FNE</a> <a href="#">FNO</a>

